

CURRÍCULO(S), DISPOSITIVO(S), IDENTIDADE(S), SUBJETIVIDADE(S)

Rubens Antonio Gurgel Vieira

Clayton Cesar de Oliveira Borges

Vitor de Castro Melo

A ideia de que somos diferentes uns dos outros, com peculiaridades que vão dos traços físicos aos costumes e tradições culturais, ganhou muito destaque nas últimas décadas, sendo inclusive tratada em currículos oficiais governamentais – o que atesta seu aspecto de “assunto do momento”. Logo, a discussão do multiculturalismo abriu muitos espaços e ganhou certa notoriedade. Entretanto, é preocupante notar como a discussão amiúde não vem acompanhada de um quadro teórico que lhe dê suporte para além de princípios liberais básicos inerentes ao senso comum.

Neste texto, discutiremos algumas inspirações teóricas que não compreendem o sujeito a partir da filosofia da consciência, em campos que vão dos Estudos Culturais a filosofia(s) da diferença, com algumas inferências acerca de possibilidades pedagógicas.

Silva (2008) explica que na teoria cultural a ideia de identidade e diferença na linguagem é inseparável, numa relação de estreita dependência desde os estudos de Ferdinand de Saussure. Ao afirmar uma identidade, automaticamente comunica-se tudo “aquilo que ela não é”, em uma cadeia de significados que a gramática ajuda a entender, ao mesmo tempo em que esconde, naturaliza. A normalização da diferença pode levar a crer que a identidade basta por si, mas na origem está o processo de diferenciação, onde identidade e diferença se entrecruzam como criaturas da linguagem, atos de criação linguística ativamente produzidos.

Na linguagem, identidade e diferença estão submetidas a algumas regras deste campo linguístico como a cadeia diferenciadora. Isso implica dizer que os signos não possuem valor isoladamente, sendo somente relações arbitrárias com seus significados. Sendo uma cadeia de relações arbitrárias apoiadas em signos que representam “coisas”, mas não as substituem, naquilo que Derrida (1995) denomina de metafísica da presença, a linguagem é uma estrutura vacilante, instável, com significados que escapam, pois não atingem definitivamente seu alvo. Ao cunhar o conceito de *differánce*, Derrida busca suportar justamente as duas ideias: o adiamento da presença em conjunto com a cadeia diferenciadora, ou seja, o sistema pouco estável da linguagem que busca uma ilusão da presença na identidade, levando na esteira a diferença que faz parte do conjunto.

Como sistema instável, pode-se inferir que há forças operando em sentidos múltiplos e, por vezes, opostos na busca pelo “fechamento” dos significados. Se entendermos identidade como parte dessa arena de lutas, percebe-se o caráter social nas disputas de definição do que somos, de quem podemos ser – e, conseqüentemente, do que não somos e não podemos. Logo, na disputa pela identidade e pela diferença estão em jogo vetores de força que irão determinar recursos materiais e simbólicos da sociedade.

Como operações de construções de espaços delimitados, o jogo das identidades está sempre imerso em relações de poder, portanto, sem neutralidade (SILVA, 2008). Dividir, classificar e hierarquizar em atos de normatização e normalização constroem identidades com privilégios em relação às suas diferenças. Questionar essas construções implica em lutar contra os binarismos, as arbitrariedades, as fronteiras, as normas, as forças homogeneizantes. Tal como na linguagem, os processos de fixação de uma identidade amiúde sempre “escapam”, de modo que há um enfrentamento constante entre forças fixadoras e forças transgressoras. Cruzar fronteiras é, portanto, sinônimo de não aceitar as imposições da artificialidade dos territórios.

Esse enfrentamento possui dinâmicas distintas dependendo do contexto e da identidade em questão, por exemplo, as lutas identitárias sexuais são significativamente distintas das lutas em torno da identidade nacional (HALL, 1992). Isso impede a descrição de mecanismos universais ou mesmo muito amplificados das lutas, convidando a análise para voltar o olhar para o espaço reduzido, mesmo que articulado com processos globais.

Posteriormente, ao se apropriar dessa concepção pós-estruturalista de linguagem, Stuart Hall articula mudanças profundas nas bases teóricas dos Estudos Culturais, inicialmente ancorados em análises propensas ao marxismo. Para o autor, esse movimento fomenta uma virada cultural, centralizando a cultura nas análises políticas, em um campo que tem como principal objetivo demonstrar o caráter arbitrário dos construtos sociais. Todavia, há limites nessa visão que carregam consigo práticas pedagógicas suportadas por conceitos generalizantes que serão questionadas.

A partir do século XX ocorre o que Hall (1997) denomina de “virada linguística”. Neste movimento, centraliza-se as análises filosóficas na questão da construção social dos significados cujo acesso se dá, sobretudo, por meio dos órgãos dos sentidos. O autor afirma que houve uma enorme expansão de tudo o que se associa com a cultura a partir da metade do século XX, principalmente seu poder analítico na teorização social, culminando com o conceito de regulação através das ações culturais. Sendo o ser humano um ser interpretativo e instituidor de sentidos, o conjunto de símbolos e práticas de

significação configura as diversas culturas existentes. Este aspecto simbólico de toda e qualquer constituição humana coloca a cultura em posição central, tanto na materialidade de nossas relações e vidas cotidianas quanto na sua presença e importância crescente nas análises das ciências sociais e humanidades – a denominada "virada cultural".

O campo dos Estudos Culturais cunha a própria concepção de identidade, a partir dos descentramentos acima e da virada cultural. Em linhas gerais, a identidade neste campo é uma produção, e não algo inato, formadas e transformadas no interior da cultura por mecanismos de representação. Nesta visão a representação não é nem a concepção psicológica de representação mental, nem a filosófica de uma imagem de reconhecimento que busca apreender o real, mas sim de algo material por qual se luta pela significação.

Neste sentido, rejeita-se uma concepção de representação como da ordem do dentro, para ressaltar a representação como parte do fora, na sua dimensão significativa como matéria. Logo, as identidades, sejam elas nacionais, regionais, raciais, sexuais, de gênero ou qualquer outra são sustentadas por sistemas de representações culturais que adquirem sentido por meio da linguagem. Ou seja, a representação age de forma simbólica para classificar o mundo e as relações em seu interior, entre elas as formações identitárias.

Segundo Woodward (2008), como todo sistema linguístico, a representação funciona de forma diferencial, isto é, uma identidade depende do que é deixado de fora de suas fronteiras. Desta forma, a identidade é sustentada por aquilo que exclui, e marcada por meio de símbolos, mas com incidência direta nas relações sociais e consequências na materialidade. Ou seja, a diferença é marcada por sistemas simbólicos e por sistemas de exclusão que perpetram uma lógica binária que sustentam uma ordem sociocultural ao privilegiar um dos termos.

O processo de marcação de fronteiras é sempre histórico, específico, atende a interesses contingentes muitas vezes articulados com vetores de força global, mas sempre envolto em disputas. As disputas evidenciam uma formação complexa das sustentações identitárias, bem como um aspecto transitório, ou seja, as identidades passam por processos constantes de reconstruções, processo este marcado por contradições. Essas relações compõe aquilo que Hall (2008) denomina de circuito da cultura: as representações são construídas simbolicamente por meio de práticas de significação, marcando fronteiras e criando posições de sujeito, que por sua vez irão ser a base de constituição de identidades que irão adentrar o circuito nas disputas pelo poder de representar.

Logo, a ampla maioria das pesquisas culturais, seja no âmbito da política internacional, comunicação, cinema, cultura popular, cultura operária, literatura e, mais recentemente, no currículo e prática pedagógica, traduzem um espírito da marginalidade na luta pela contestação de representações naturalizadas que posicionam alguns sujeitos de forma desprivilegiada nos arranjos sociais. Ou seja, aqui a luta é pelo poder de representar. Uma pedagogia calcada nesta visão deve lutar pelas formas de representar, adentrando um circuito da cultura na reiteração de discursos que favoreçam populações marginais.

Para fugir do caráter fixador que uma análise identitária poderia remeter caso nos limitássemos ao seu aspecto descritivo, Butler desenvolve a partir de Austen (apud SILVA, 2008) o conceito de performatividade para enfatizar o caráter de movimento da identidade, seu vir a ser, tornar-se, ou seja, um conceito que explica como alguns enunciados produzem aquilo que afirmam. Para obter sucesso em sua performatividade, um enunciado necessita de possibilidade de constantes repetições, além da ideia de citacionalidade de Derrida (1995), característica da linguagem que indica a possibilidade de sua compreensão na ausência do ato enunciativo, ou seja, certa regularidade que permite a comunicação. Assim, citacionalidade e performatividade possibilitam a produção da identidade dentro das infinitas disputas por poder.

As transgressões operam na mesma lógica, com a repetição e circulação de outros enunciados, promovendo performatividades outras. Se as identidades não são essencializações nem biologicismos, elas podem ser questionadas e, em última instância, reconstruídas. Silva (2008) se questionou como isso se traduziria em termos curriculares, destacando que um dos maiores problemas da escola contemporânea é justamente o encontro com o Outro, aquele que é representado e criado como diferente, o polo negativo do binarismo. Uma prática pedagógica apoiada por esta teoria cultural necessariamente acentuaria o aspecto político do enfrentamento das fronteiras.

A identificação é, portanto, “um processo de articulação” (Hall, 2008, p.106), sempre contextual, contingente, histórico, transitório, fluído, mutante, imerso em operações de exclusão que afirmam suas fronteiras pelo poder, pela disputa, confronto e, posteriormente, naturalização e manutenção de espaços dominados, mas constantemente sendo abalada pelo jogo da *differánce*.

Mas como acontece essa articulação? Quais são as teorias que buscam explicar a relação que coloca a identidade como o ponto de conexão entre o dentro e o fora do indivíduo? Se a identidade é um “ponto de apego temporário às posições de sujeito que

as práticas discursivas constroem para nós” (Hall, 1995), não pode ser pensada como um processo de via única onde os indivíduos são convocados a assumir algumas identidades, mas deve abrir espaço para pensar mecanismos que levam o sujeito a investir em algumas identidades a partir de sua própria subjetividade, uma proposição mais afirmativa, positiva, vetor de força do dentro.

Antes de tudo, um esclarecimento conceitual. Em muitas análises subjetividade e identidade aparecem como sinônimos, mas há entre os termos diferenças importantes. Enquanto a subjetividade remete pensamentos e emoções conscientes e inconscientes, isto é, nossa interioridade, identidade remete ao contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos. Nesse sentido, identidade é o vetor de força de fora para dentro, enquanto subjetividade é o vetor de força de dentro para fora.

Apesar de Freud ter sido um dos responsáveis pelo descentramento do sujeito cartesiano, a influência psicanalítica nos Estudos Culturais tem sido muito mais as vertentes lacanianas. A diferença entre ambas é, dentre muitas outras, o papel do inconsciente, que na visão de Lacan é mais do que a fonte dos desejos reprimidos no processo de edipianização, pois se estrutura como linguagem, enfatizando o simbólico nos processos de construção da identidade. Assim, a identidade é moldada e orientada externamente, como um efeito do significante (a materialidade) e da articulação do desejo ao redor do significado construído.

A globalização e a compressão espaço-tempo têm modificado substancialmente as posições de sujeito, provocando uma crise na sustentação de identidades clássicas ou identidades mestras, como a divisão em uma sociedade de classes apontada pelo marxismo. Como resultado, novas formas de identificação estão questionando os arranjos sociais, em movimentos políticos de afirmação do negro, da mulher, do gay, do transexual e muitos outros. Logo, os conflitos não se resumem a dilemas individuais, mas conflitos entre diferentes culturas, muito acentuado na contemporaneidade. Dentro do espírito de margem contra o centro dos Estudos Culturais, o espaço criado pelas novas identidades é algo muito bem-vindo. As políticas de identidade que se concentram em afirmar uma identidade cultural marginalizada vêm obtendo relativo sucesso nas últimas décadas, mesmo que constantemente contra-atacadas por forças conservadoras.

Mas tal luta não acontece sem problemas. A própria Woodward adverte do risco de essencialização nas políticas de identidade, como movimentos que afirmam sua positividade promovendo outras formas de seleção e exclusão, outros posicionamentos

marginais. Isso acontece porque os critérios do encerramento identitário podem ser problemáticos, pois podem se dar a partir de inúmeros critérios, como os saberes da biologia, ou mesmo determinada parcela da cultura considerada como constituinte do grupo. Diversos discursos sobre a homossexualidade têm buscado guarida na genética e biologia, para ficar em apenas um apontamento. Muitos movimentos sociais têm evitado esse caminho, e adotado posições não essencialistas, com propostas mais interessantes de lutas ao redor de uma identidade, ou mesmo de várias identidades, compreendendo que elas são fluídas, contraditórias e múltiplas, evitando reducionismos de “identidades guarda-chuva”.

Como alternativa, a filosofia da diferença de Deleuze, Guattari e Foucault, são alguns caminhos que se propuseram a pensar o sujeito fora da filosofia da consciência, isto é, negaram a herança cartesiana que encontra uma essência na interioridade. No pensamento cartesiano, o sujeito se autodetermina e, em oposição, Foucault, Deleuze e Guattari pensam o sujeito como uma produção, objetificado para ser subjetivado em relações de poder. Mais do que isso, a produção do sujeito é, na perspectiva da filosofia da diferença, absolutamente transversal. Logo, pensa-se o sujeito fora do conhecimento disciplinar, promovendo verdadeira máquina de guerra contra os modos de sujeição instituídos.

Em campos como Estudos Culturais, Multiculturalismo Crítico, Teorias de Gênero e Teoria Queer, por exemplo, o conceito de diferença está apoiado na virada linguística e na centralidade da cultura como ferramenta de análise social para demonstrar a construção discursiva de posições de sujeito marginalizadas e alijadas da vida pública. Pedagogias inspiradas pelos movimentos identitários tem obtido certo destaque e ganhado força, entretanto, alguns efeitos produzidos advogam em uma “exclusão pela inclusão”, uma vez que o conceito de identidade não abarca todas as singularidades, funcionando de certa forma como um conceito reacionário.

Mas não é esta a compreensão de diferença que opera na produção teórica que pensa a subjetividade a partir de processos, e não a partir de identidade(s). Nesta chave o lastro é o rastreio do limite, a “diferença pura”, diferença por si, e não diferença em relação à algo. Para exemplificar, nos movimentos identitários (Estudos Culturais, Multiculturalismo, afirmações raciais, de gênero ou sexualidade, entre muitos outros, bem como as diferenciações internas entre os mesmos), o sujeito é resultado de um processo de sujeição envolto em relações assimétricas de poder e mesmo violência, somado a uma

identificação ancorada no pensamento psicanalítico lacaniano. A resistência consiste em operar movimentos de ressignificação nas lutas de poder.

Referências

DELEUZE, G. (1986). Foucault. Lisboa: Editora.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (2010). O que é a filosofia? 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (2011) O Anti-Édipo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DERRIDA, J. (2002). A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva.

HALL, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, jul./dez.

HALL, S. (2001). A identidade cultural na pós-modernidade. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HALL, S. (2008). Quem precisa de identidade? In: Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (2011). O que é um autor? In: _____. Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense.

SILVA, T. T. (2008). A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes.

WOODWARD, K. (2008). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes.